



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEÇERICA

ADM 2017/2020

Rua Vigário Antunes, 155 - Centro - 35.550-000 - Tel. (37)3341-8500

www.itapeçerica.mg.gov.br

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº **194** /2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 038/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 022/2017

O MUNICÍPIO DE ITAPEÇERICA-MG, Pessoa Jurídica de Direito Público, com sede na Rua Vigário Antunes, 155, nesta cidade de Itapeçerica, Estado de Minas Gerais, inscrito no CNPJ sob o nº. 18.308.742/0001-44, neste ato devidamente representado, nos termos do Decreto nº. 024/2017, de 15 de março de 2017, através da Secretaria Municipal de Obras e Transportes, pelo Secretário Sr. Gilberto Marcolino da Silva, inscrito no CPF/MF sob o nº. 749.816.766-20, doravante denominado **CONTRATANTE** e a empresa **TEMAPA TERRAPLANAGEM LTDA - ME**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Av. JK, nº. 904, Bairro Centro, em Pimenta, Estado de Minas Gerais, CEP 35.585-000, inscrita no CNPJ sob o nº. 10.296.851/0001-87, neste ato representada pelo sócio Sr. Paulo Ricardo Silva, inscrito no CPF/MF sob o nº. 094.487.876-85, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem firmar o presente Contrato e o fazem nos termos do **Processo Licitatório nº. 038/2017, Pregão Presencial nº. 022/2017**, e mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços de 1.400 horas de trator de esteira Fiatallis AD7B, incluindo operador, para executar a distribuição, cobertura e compactação de lixo no Aterro Controlado deste Município.

1.2 O trator, objeto deste contrato, possui as seguintes características: trator de esteira marca Fiatallis, modelo AD7B, potência 130cv. Além das especificações exigidas no edital, o trator deverá apresentar boas condições de uso e de conservação, de forma a executar satisfatoriamente os serviços contratados.

1.3 O operador deverá possuir prática para operar a máquina e habilidade para a execução dos serviços contratados.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1 Pela execução dos serviços acima relacionados pagará o Contratante à Contratada, de acordo com o Processo Licitatório que deu origem a esta contratação, o valor de R\$ 39,00 (trinta e nove reais) por hora efetivamente trabalhada, perfazendo o valor global da contratação em R\$ 54.600,00 (cinquenta e quatro mil e seiscentos reais).

2.2 No preço contratado estão incluídos todos os custos e despesas da Contratada referentes à máquina (transporte, manutenção, combustíveis e reposição de peças) e ao operador (hospedagem, alimentação, transporte e EPIs), bem como despesas com contribuições sociais e previdenciárias, impostos municipais, estaduais e federais e ainda as demais oriundas da execução contratual.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA EXECUÇÃO DO OBJETO

3.1 Os serviços serão prestados em etapas, conforme necessidade e solicitação da Secretaria Municipal de Obras e Transportes.

3.2 A Contratada terá o prazo de **05 (cinco) dias** após a o recebimento da Autorização de Serviço para início de cada etapa.

3.3 Para a execução total dos serviços foi estimado o número de 1.400 (um mil e quatrocentas) horas.

3.4 Os serviços contratados consistem na distribuição do lixo dentro da vala, aterramento e compactação do lixo urbano depositado no aterro, durante o exercício de 2017.

3.5 Os serviços serão executados dentro das normas vigentes de segurança e das disposições apresentadas pela Secretaria Municipal de Obras e em conformidade com o PGRSU - Plano de

O presente contrato foi publicado na forma do capítulo II seção I artigo 93 da lei orgânica do município de Itapeçerica



Gerenciamento de Resíduos Sólidos Urbanos do Município de Itapeçerica-MG e a Lei nº 12.305/2010, em vigência.

CLÁUSULA QUARTA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO

4.1 O recebimento do objeto contratado estará condicionado à conferência, exame, aceitação final, obrigando-se a Contratada a corrigir, refazer, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com este instrumento.

4.2 Caso fique evidenciada qualquer divergência na qualidade dos serviços prestados, o Contratante reserva-se o direito de rejeitá-los, devendo ser refeitos por outros que atendam ao solicitado, sem qualquer ônus para o Contratante, no prazo máximo estipulado pela Administração, sujeitando-se às penalidades previstas neste Contrato.

4.3 Verificada a não-conformidade dos serviços, a Contratada será notificada, por escrito, sobre as irregularidades apontadas, para as devidas providências do artigo 69 da Lei nº 8.666/93, no que couber.

CLÁUSULA QUINTA – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

5.1 Compete à Secretaria Municipal de Obras e Transportes proceder o acompanhamento e a fiscalização dos serviços por meio do **FISCAL DO CONTRATO**. Fica designado para a função o Sr. José Batista de Carvalho.

5.2 A fiscalização exercerá todos os atos necessários à verificação rigorosa do cumprimento das especificações e normas técnicas, no que se refere à qualidade dos serviços, eficiência, aptidão e boa técnica de execução e a pontualidade na entrega destes.

5.3 O fiscal do contrato terá poderes para, além de acompanhar a execução dos serviços, advertir a Contratada no caso de atraso na entrega destes, propor a aplicação de multas, bem como determinar o que for necessário à regularização das faltas.

5.4 A fiscalização será exercida no interesse do Contratante e não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades e, na sua ocorrência, não implica co-responsabilidade do Contratante ou de seus agentes e prepostos.

5.5 As decisões e providências que ultrapassarem a competência do fiscal do contrato deverão ser solicitadas aos seus superiores, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 As despesas decorrentes desta contratação correrão no exercício de 2017, pela rubrica constante da seguinte dotação orçamentária: Ficha 74 - 02.02.04.17.512.0005.2151-3.3.90.39.00.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO

7.1 O pagamento será efetuado ao final da execução de cada etapa e mediante Termo de Recebimento emitido pela Secretaria Municipal de Obras e Transportes.

7.1.1 O valor do pagamento será apurado multiplicando-se o preço/hora pelo número de horas trabalhadas contabilizadas, controladas e fiscalizadas pela Secretaria Municipal de Obras e Transportes.

7.2 A forma de pagamento será através de cheque, transferência eletrônica (TED) ou depósito em conta bancária indicada pela Contratada e serão retidos, os valores correspondentes aos tributos, quando devidos (exemplo: ISS, IRRF e INSS).

7.3 Havendo erro na nota fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, a NF será devolvida pelo Contratante à Contratada e o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para o Contratante.

7.4 Caso os serviços não sejam prestados conforme as condições contratuais, o pagamento ficará suspenso até o seu recebimento definitivo.



CLÁUSULA OITAVA – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

8.1 O contrato poderá ser alterado nos casos e condições previstas no artigo 65 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações posteriores, mediante a formalização de Termo Aditivo ao Contrato.

8.2 A Contratada obriga-se a aceitar os acréscimos ou supressões do objeto deste Contrato que se fizerem necessários, até o limite facultado pela regra do § 1º, artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, podendo a supressão exceder tal limite, desde que resultante de acordo entre os celebrantes, nos termos do § 2º, Inciso II do mesmo artigo, conforme redação introduzida pela Lei nº 9.648/98.

CLÁUSULA NONA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

9.1 Os preços ofertados não poderão ser reajustados antes de decorridos 12 (doze) meses de contratação, sendo permitido o realinhamento de valores, a título de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, mediante elaboração do respectivo Termo Aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 A Contratada sujeitar-se-á, em caso de inadimplemento total ou parcial das obrigações assumidas neste instrumento, sem prejuízo das sanções legais previstas nos arts. 87 da Lei Federal nº. 8.666/93 e 7ª da Lei Federal nº. 10.520/02, além de responsabilidade civil e criminal, as seguintes multas:

a) retardamento na entrega (atraso injustificado), multa diária de 1% (um por cento) sobre o valor global do contrato. A partir do 10º (décimo) dia de atraso, configurar-se-á inexecução total do contrato, com as consequências daí advindas;

b) inexecução total, multa de 15% (quinze por cento) sobre o valor global do contrato;

c) inexecução parcial, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente ao serviço entregue em desacordo com as especificações técnicas constantes do contrato;

d) descumprimento de qualquer outra cláusula, que não diga respeito diretamente à execução do objeto contratual, multa de 3% (três por cento) sobre o valor global do contrato.

10.2 As sanções são independentes e a aplicação de uma não exclui a das outras.

10.3 Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que assegura o direito ao contraditório e à ampla defesa do interessado nos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista aos autos do processo, observadas as normas do art. 109 da Lei nº. 8.666/93.

10.3.1 Os recursos deverão ser formalmente apresentados, fundamentados e devidamente assinados pelo representante legal da empresa.

10.4 A critério da Administração poderão ser suspensas as penalidades, no todo ou em parte, quando o atraso na execução for devidamente justificado pela Contratada e aceito pelo Contratante, que fixará novo prazo, este improrrogável, para a completa execução das obrigações assumidas.

10.5 O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data de notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

10.6 As multas não têm caráter indenizatório e seu pagamento não eximirá a Contratada de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos junto ao Contratante, decorrente das infrações cometidas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

11.1 Executar os serviços, em conformidade com o respectivo planejamento, normas e especificações técnicas, dentro dos prazos e condições estabelecidos neste instrumento contratual, e em consonância com o Edital e a proposta que deram origem a esta contratação, bem como, responsabilizar-se pela qualidade dos serviços, refazendo às suas expensas, todo e qualquer serviço que apresentar desconformidade com as especificações do objeto contratado.

11.2 Fornecer um trator em ótimas condições de uso, incluindo combustível, manutenção, reposição de peças, bem como o transporte da máquina (ida e volta) da sede do Contratado até a sede do Contratante.



11.3 Disponibilizar um operador para o tratar com experiência na execução dos serviços a serem prestados, de modo que possa assegurar o progresso satisfatório dos serviços, estando incluídas despesas pessoais, tais como transporte, alimentação, hospedagem, EPIs, bem como arcar com as despesas com contribuições sociais, trabalhistas e previdenciárias, obrigações tributárias e ainda, quaisquer outras despesas oriundas da execução do contrato.

11.4 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

11.5 Executar, às suas custas, os reparos ou refazimento dos serviços executados em desacordo com o contrato.

11.6 Não permitir que seus empregados executem serviços além dos previstos no objeto do presente contrato.

11.7 A Contratada responderá civil e penalmente, por quaisquer danos materiais ou pessoais ocasionados à Administração e/ou à terceiros, por seus empregados, dolosa ou culposamente, a qual deverá comunicar imediatamente, por escrito, à Contratante, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional.

11.8 Constatados danos ao Contratante ou de terceiros, a Contratada, de pronto, responsabilizará pelos ressarcimentos ou indenizações que tais danos ou prejuízos possam causar. Se assim não proceder, o Contratante lançará mão dos créditos da Contratada para ressarcir os prejuízos de quem de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

12.1 Fiscalizar a prestação dos serviços através do responsável técnico indicado pela Secretaria demandante, de forma a garantir a regularidade dos atos praticados e a plena execução do objeto.

12.2 Fornecer à Contratada todas as informações necessárias à execução dos serviços.

12.3 Notificar a Contratada por escrito qualquer irregularidade constatada.

12.4 Efetuar o pagamento, que somente ocorrerá após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente discriminada pela Contratada e atestada pelo responsável da Secretaria demandante, acompanhada pela respectiva Autorização de Serviço.

12.5 Emitir Autorização de Serviço.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

13.1 A vigência do contrato será até 31/12/2017 e terá como termo inicial a data de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

14.1 Durante o período de contratação, a Administração reserva-se no direito da rescisão e/ou alteração unilateral do contrato, segundo os melhores interesses públicos.

14.2 O Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, com as consequências indicadas no art. 80, sem prejuízo das sanções previstas naquela Lei e neste Instrumento Contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E À PROPOSTA

15.1 O presente Contrato fundamenta-se:

15.1.1 Nas Leis Federais nº 10.520/02 e 8.666/93 e posteriores alterações e demais preceitos legais que regem a matéria;

15.1.2 Nos preceitos de Direito Público;

15.1.3 Supletivamente, nos princípios da Teoria Geral dos Contratos e nas disposições do Direito Privado.

15.2 O presente Contrato vincula-se aos termos:

15.2.1 Do Edital do Pregão Presencial que deu origem a esta contratação;

15.2.2 Da proposta da Contratada.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEÇERICA

ADM 2017/2020

Rua Vigário Antunes, 155 - Centro - 35.550-000 - Tel. (37)3341-8500
www.itapeçerica.mg.gov.br

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA PUBLICAÇÃO


16.1 O Contratante providenciará a publicação do resumo deste contrato em mural, órgão oficial de imprensa do Município, em conformidade com a Emenda a Lei Orgânica Municipal nº 02/2003 de 29/01/2003.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO


17.1 Elegem as partes o foro da Comarca de Itapeçerica-MG, como competente e exclusivo para dirimir quaisquer dúvidas que porventura originarem do presente contrato, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por se acharem justas e CONTRATADAS, assinam o presente instrumento, na presença das testemunhas abaixo, para que produza os efeitos legais.

Itapeçerica, 01 de junho de 2017.




CONTRATANTE: MUNICIPIO DE ITAPEÇERICA
Sra. Gilberto Marcolino da Silva - CPF/MF nº. 749.816.766-20
Secretaria Municipal de Obras e Transportes




CONTRATADA: TEMAPA TERRAPLANAGEM LTDA - ME
REPRESENTANTE LEGAL: Paulo Ricardo Silva
CPF nº. 094.487.876-05

Testemunha:




Nome: Miraura Secmo Diniz Araujo
CPF: 483.321.616-91

Testemunha:



Nome: José Carneiro Nascimento
Chefe de Gabinete
CPF: 207.034.069-49

Visto:



Raquel Batista Gomes
Assessora Jurídica I
OAB/MG 112.731



CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 196/2017

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 054/2017
Dispensa de Licitação nº. 013/2017

O **MUNICÍPIO DE ITAPEÇERICA-MG**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Vigário Antunes, 155, nesta cidade de Itapeçerica, Estado de Minas Gerais, inscrito no CNPJ sob o nº. 18.308.742/0001-44, neste ato devidamente representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Wirley Rodrigues Reis, inscrito no CPF/MF sob o nº. 060.308.606-31, doravante denominada **CONTRATANTE** e a empresa **MARCELO SILVA RODRIGUES**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Bom Despacho, nº. 110, Bairro Bela Vista, em Santo Antônio do Monte, Estado de Minas Gerais, CEP 35.560-000, inscrita no CNPJ sob o nº. 648.395.916-87, neste ato representada pelo Sr. Marcelo Silva Rodrigues, inscrito no CPF/MF sob o nº. 648.395.916-87, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem firmar o presente Contrato e o fazem nos termos do Processo Administrativo nº. 054/2017, Dispensa de Licitação nº. 013/2017, e mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços de elaboração de projeto contra incêndio e pânico para o evento temporário do Festival de Gastronomia de Itapeçerica, incluindo a aprovação deste no Corpo de Bombeiros de Minas Gerais.

CLÁUSULA SEGUNDA- DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

2.1 Os serviços deverão ser executados em conformidade com a legislação vigente, em especial o Decreto 46.595/2014 e Instrução Técnica nº. 33 do Corpo de Bombeiros de Minas Gerais, onde será considerado o evento como risco médio.

2.2 Quaisquer omissões, incorreções ou discrepâncias eventualmente encontradas pela **CONTRATADA** no decorrer da execução dos serviços deverão ser comunicadas, por escrito, ao **CONTRATANTE**.

2.3 O **CONTRATANTE** através do setor competente poderá exigir o refazimento dos serviços, sem qualquer ônus para o mesmo caso estes tenham sido executados com imperícia técnica comprovada, ou em desacordo com as normas, especificações ou com as determinações da fiscalização, nos termos do art. 69, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

2.4 Quaisquer alterações, modificações, acréscimos ou reduções deverão ser justificados à fiscalização da Secretaria Municipal de Cultura para a devida autorização.

2.5 Deverá ser mantido pela **CONTRATADA**, perfeito e ininterrupto, serviço de vigilância, cabendo-lhe toda responsabilidade por qualquer dano decorrente dos serviços prestados.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO

3.1. Pela execução dos serviços relacionados na cláusula primeira deste Instrumento de Contrato pagará o Contratante à Contratada o valor global de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais).

3.2. No preço contratado estão incluídos todos os custos e despesas da **CONTRATADA** referentes aos serviços contratados.

O presente contrato foi publicado na forma do capítulo II seção I artigo 93 da lei orgânica do município de Itapeçerica